federação

AOS TRABALHADORES DAS ESCOLAS E JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA

VAMOS EXIGIR A SATISFAÇÃO DAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES

A LUTA É O CAMINHO!

MARCHAS "POR ABRIL"

DIA 19 DE OUTUBRO

LISBOA E PORTO

O governo do PSD/CDS e da"troica" continua a destruir a Escola Pública universal e gratuita, que corresponda a uma função social da maior importância para o desenvolvimento económico social e democrático do País, para a entregar aos grupos económicos privados, ansiosos por receber mais esta benesse, acompanhada das respectivas transferências financeiras do Orçamento do Estado.

As medidas economicistas e cegas do Ministro Crato e da sua equipa para reduzir custos com o funcionamento das escolas e jardins de infância da Rede Pública , a qualquer preço social, afectam directamente os trabalhadores não docentes e consequentemente o funcionamento e a qualidade do ensino público.

A nossa Federação solicitou uma reunião ao Ministro da Educação, para exigir soluções para os problemas, muitos deles com "barbas", com que diariamente os trabalhadores não docentes são confrontados todos os dias e que seriam resolvidos se o Ministério da Educação tivesse uma postura negocial democrática e dentro da lei que permitisse negociar as reivindicações por nós apresentadas há largo tempo.

A falta crónica de pessoal não docente existe por duas razões: a não abertura de concursos para a admissão de novos trabalhadores e a existência de uma portaria de *rácios* que não responde às necessidades das escolas. A negação sistemática da resolução deste problema, quer pelos governos anteriores, quer pelo actual, tem como consequência a manutenção e agravamento de situações ilegais, tais como:

- O recurso à ilegalidade por parte do ministério através de concursos a tempo parcial e a colocação nas escolas de trabalhadores desempregados (os CEIs) para responder ilegalmente a necessidades permanentes das escolas, aumentando a precariedade;
- A mobilidade interna forçada que não respeita as necessidades reais das escolas e a vida pessoal dos trabalhadores e suas famílias; que não tem em conta a distância e a compatibilidade dos transportes públicos com os horários dos trabalhadores e o do funcionamento das escolas e que em alguns casos, está a ser usada para empurrar os trabalhadores para as "rescisões amigáveis";
- O lamentável espectáculo que foi montado nas escolas pelo Governo, com a imposição do aumento do horário de trabalho das 35 para as 40h semanais, das

7 para as 8h diárias, implementado sem rei nem roque, à vontade de cada direcção de escola ou agrupamento. Há mesmo situações em que as direcções consideram que a sua implementação só vai prejudicar o funcionamento das escolas e outras, pelo contrário, que ultrapassam os limites da lei não respeitando o direito de auscultação que têm que fazer aos sindicatos se produzirem alterações nos horários para além do aumento diário de 1 hora;

- A uma grande pressão sobre os trabalhadores, feita por algumas direcções, empurrando-os para o desemprego, através da "rescisão amigável", um processo que nos dá uma imagem perfeita do clima pesado que se vive nas escolas.

Na reunião solicitada ao Ministro da Educação, queremos explicações para o facto de estas coisas se estarem a passar e serem do conhecimento do MEC e por que razão não são tomadas medidas que garantam um tratamento igual perante a Lei para todos os trabalhadores não docentes.

Mas vamos igualmente exigir que sejam abertas negociações para a discussão do nosso Caderno Reivindicativo, de onde destacamos:

- A criação de uma carreira especifica para os trabalhadores não docentes;
- A revogação da Portaria de Rácios, de forma a permitir definir critérios justos para adequar o número de trabalhadores à realidade das escolas;
- O fim ao recurso ilegal à precariedade, contractos a termo certo e CEIs, e a abertura de um concurso especifico para a integração dos trabalhadores precários que estão a exercer funções de carácter permanente;
- A admissão de novos trabalhadores por tempo indeterminado;
- A definição de critérios para a mobilidade que garantam tratamento igual de todos os trabalhadores;
- A afirmação da posição da nossa Federação contra o aumento do horário de trabalho.

Os trabalhadores não docentes têm demonstrado que estão na linha da frente na defesa dos seus direitos, porque sabem que perante governos inimigos, como o actual e os anteriores, só a luta travou ataques tão ou mais ferozes do que os agora levados a cabo.

Portanto não podemos baixar os braços, Temos que dar continuidade à luta em defesa dos nossos direitos, o que só será alcançado atingindo o objectivo maior da última Greve Geral - a demissão deste governo como um passo importante para a ruptura com esta políticas de desemprego e de empobrecimento dos trabalhadores a bem do lucro do grande capital.

A Federação apela a todos os trabalhadores não docentes que não parem de lutar por um futuro digno de trabalho com direitos e que participem activamente nas MARCHAS "POR ABRIL"- Contra a Exploração e o Empobrecimento, promovidas pela CGTP-IN, no próximo dia 19 de Outubro, pelas 15.00 horas, em Lisboa e no Porto.

POR UMA ESCOLA PÚBLICA QUE DIGNIFIQUE A SUA FUNÇÃO E QUEM NELA TRABALHA!

PELA DEMISSÃO DESTE GOVERNO ILEGÍTIMO!

A LUTA É O CAMINHO!

Participa e mobiliza!
Contacta o teu sindicato!

Outubro de 2013
A Direcção Nacional da FNSTFPS

fp federação
fps norte
fps Funções públicas e sociais centro
fp sul e regiões autónomas